



Um Reencontro com o Ocidente

Fernando Gil Portela Vieira *

Alain Finkielkraut. *A ingratidão*: a relação do homem de hoje com a História. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Nosso sentimento de superioridade sobre um passado – que, queiramos ou não, nos pertence – de preconceitos, exclusões e crimes, necessariamente nos torna mais livres e abertos do que nossos antepassados? É esta a questão que o filósofo francês Alain Finkielkraut nos apresenta em *A ingratidão*, obra sobre a postura do homem atual frente à história. Nascido em 1949, participante das rebeliões de maio de 1968, se na juventude Finkielkraut erguia barricadas contra o *status quo*, na maturidade não hesita em advogar a defesa de valores, tradições ou instituições centrais da cultura ocidental. É o que se depreende da leitura de obras como *A memória vã* e, sobretudo, *A derrota do pensamento*, ambas traduzidas para o português há duas décadas¹.

Publicada na França em 1999 (Ed. Gallimard), e no ano seguinte no Brasil, *A ingratidão* recebeu o Prêmio Aujourd'hui, concedido a obra histórica ou política sobre a atualidade. Apesar de publicado originalmente há quase dez anos, o livro conserva uma atualidade impressionante, o que justifica esta resenha.

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

¹ *A derrota do pensamento*. Trad. Mônica Campos de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; *A memória vã*: do crime contra a humanidade. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Fruto de uma entrevista ao jornalista do órgão *Devoir* Antoine Robitaille, natural de Quebec (província canadense de língua francesa), *A ingratidão* é como o diagnóstico do pensamento, dado por um filósofo, dos males e perspectivas da inteligência humana no início do século XXI.

Embora praticamente todo o conteúdo seja de autoria de Finkielkraut, dado que as intervenções de Robitaille são bem pontuais, o texto conserva a estrutura de uma entrevista, aliás, muito bem conduzida pelo entrevistador, interado da obra do filósofo e interessado em questões atuais relevantes. No prefácio da obra Finkielkraut destaca seu apoio ao projeto, ao afirmar que “Não existe cabeça bem formada que não seja também uma cabeça repleta de amigos exigentes ou de obsessivos contraditores” (p. 8). Todavia, sabe-se das dificuldades que acompanham o projeto de livro derivado de entrevista. Maria Lúcia Pallares-Burke, que organizou uma coletânea de entrevistas com historiadores, sintetizou-as por meio de uma frase do historiador britânico A. J. P. Taylor, após uma entrevista: “Após viver tanto tempo com livros (...) se começa a preferi-los às pessoas²”. Mas, apesar deste empecilho que, potencialmente, acompanha todo intelectual, Finkielkraut é honesto o bastante para reconhecer que “Para argumentar, não basta (...) possuir toda a razão; é preciso ver-se coagido a usá-la” (p. 8).

A obra é dividida em cinco capítulos – “Os inimigos e os demônios”, “O esquecimento do presente”, “O abandono da língua”, “O impudor dos vivos” e “Por que somos tão morais” –, sendo que os vários temas abordados no livro se entrelaçam numa visão abrangente do diálogo. É difícil, em uma resenha, discorrer sobre todos. Opto por destacar três deles, correlatos com assuntos prementes em nossa época e até nos noticiários: o judaísmo e o Estado de Israel; o paradoxo, num mundo globalizado, da luta das “pequenas nações” por autonomia; e – o que melhor revela a ingratidão para com a história, que intitula o livro – o relativismo cultural.

Em janeiro de 2008, uma polêmica entre a Federação Israelita do Rio de Janeiro e a escola de samba Viradouro a respeito de uma alegoria sobre o genocídio dos judeus pelos nazistas – o “holocausto” – ganhou os tribunais. O carro alegórico, a pedido da FIERJ, foi impedido pela Justiça de desfilar no carnaval. Sérgio Niskier, presidente da entidade, teria afirmado em conversa com o carnavalesco Paulo Barros que a função da entidade é combater o nazismo “24 horas por dia”. Este fato recentíssimo – obviamente, não citado no livro – ilustra um

² Introdução. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p. 17.

ponto levantado por Finkelkraut (nascido numa família judia): o choque do “holocausto” erigiu os judeus em referência moral do Ocidente, paradigmas do infortúnio e apóstolos contra a catástrofe. Vítimas por excelência, os judeus agora primam pela eterna vigilância sobre a memória do totalitarismo, função por eles aceita. Revelam-no a instrumentalização do anti-semitismo e o aparente monopólio da memória do genocídio nazista.

Há uma expressão utilizada por Finkelkraut sobre algumas minorias étnicas que bem cabe para qualificar tal postura: “mentalidade de credores”. Povos que sofreram no passado agora se sentem isentos de crítica; às vezes, podem até impingir sofrimento, reclamando imunidade para si. Se, para o autor, o paradigma desta mentalidade é a Sérvia (é de lembrar que o texto data de 1999, ano da intervenção das tropas da OTAN na crise entre o governo sérvio e Kosovo), os judeus – ou melhor, o Estado judeu, Israel – não o são menos. Há poucos anos, o pesquisador francês Pascal Boniface publicou um livro intitulado *É permitido criticar Israel?* (*Est-il Permis de Critiquer Israël?*, ed. Robert Laffont), que despertou violento debate na França. Ao criticar Israel pela instrumentalização do anti-semitismo – algo como: quem reprova Israel só pode ser anti-semita –, Boniface também alertava para o uso do “holocausto” como justificativa da agressiva política israelense relativa aos palestinos. O que é isto, senão a “mentalidade de credor” denunciada pelo filósofo?

É de notar que Finkelkraut apóia um “dever de memória” especial relativo ao nazismo, alegando a singularidade de fatos como o campo de concentração de Auschwitz. Os crimes hitleristas são paradigmáticos (em primeiro lugar) para o Ocidente por dois motivos: pela fabricação industrial de cadáveres e por ter sido cometido sob a égide de valores caros aos ocidentais, como a racionalização, o objetivo do progresso e a submissão da vontade à lei. A bem da verdade, o autor tem razão em destacar o “holocausto” entre outros genocídios. Como diz Marcos Marguiles, “cada vez menos pessoas entendem que os judeus foram as *únicas* vítimas ideologicamente predeterminadas e ‘cientificamente’ pré-selecionadas pelo nazismo. As outras (...) tinham fuga – os judeus eram condenados por terem nascido³”. Finkelkraut lembra que o trauma de Auschwitz (metonímia, no livro, do genocídio nazista) é tão grande que levou a Alemanha a renunciar ao nacionalismo.

³ Na contracapa de Hannah Arendt. *Origens do totalitarismo*, I: o anti-semitismo, instrumento de poder, uma análise dialética. Trad. Roberto Raposo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Documentário, 1979 (grifo original).

Ainda são nítidas em nossa memória as imagens da Copa do Mundo de 2006, talvez a primeira explosão de patriotismo alemão em muitas décadas, exceto a ocasião especial da queda do Muro de Berlim.

Assumidamente judeu e comprometido com o “dever de memória”, Finkielkraut recusa, todavia, a identificação de tudo que ocorre no presente com Auschwitz. Isto é, a seu ver, uma memória preguiçosa, pois não leva em conta o hoje. Porém – aqui o autor denuncia um viés da *ingratidão* –, a pretexto de combater este tipo de memória, muitos querem dessacralizar *in totum* o passado. É o caso de historiadores israelenses que almejam reescrever criticamente a história do Estado. Se estes têm o mérito de refutar uma memória apologética, erram ao subordinar o passado ao presente e pretender uma cidadania “pura”, livre da etnia. Finkielkraut observa que todo país tem seus mitos, seus heróis, seu romance nacional, especialmente “pequenas nações” como Israel. Menosprezar tais traços revela ingratidão com as origens, a herança, com a própria história.

Para o leitor, chamar Israel – Estado poderoso, ponta-de-lança dos EUA no Oriente Médio – de “pequena nação” pode soar irônico. Mas, explica Finkielkraut, o conceito de “pequenas nações” se refere àquelas que têm sua existência posta em dúvida. As “grandes nações” têm uma existência imemorial que dispensa explicações; as pequenas, como Israel, têm de se agarrar ao seu romance nacional. Aliás, o autor afirma que deve a Israel o não ter sucumbido ao desprezo pelas pequenas nações. Não gratuitamente, Finkielkraut assume ser solidário ao Estado judeu, contudo, menos por sua origem étnica do que pelo modo de vida e participação política dos israelenses, pelo menos nas primeiras décadas do Estado. O que o desaponta em Israel é a admissão, pelo Estado, daquela “memória preguiçosa” a partir do fim dos anos 1970, revelada na “orgia analógica” da identificação entre as agressões impostas pelos vizinhos árabes e o “holocausto”. Foi esta postura – encarnada no então general Ariel Sharon – uma das responsáveis pelo assassinato do primeiro-ministro Ytzakh Rabin, em 1995, por um *judeu*, que não perdoara ao dirigente o “ter-se entendido com Hitler”.

Israel ocupa um lugar especial no livro – o segundo capítulo é quase todo dedicado àquele país e à “nação judaica” –, como se supõe, pelas origens do autor (que também escreveu *La réprobation d’Israël*, ed. Denoël), a importância do Estado judeu no mundo atual e sua vinculação inegável com o “dever de memória”, construção do século XX imposta pelo trauma do nazismo. Mas a discussão sobre Israel faz parte de um tema

mais amplo: o significado das pequenas nações e seu lugar em meio à globalização. Como pode uma nação preservar sua identidade ao mesmo tempo em que participa de grandes blocos políticos e econômicos, em meio à expansão dos mercados e livre fluxo de capitais e sob a pressão de Estados multinacionais indispostos a lhes conceder autonomia ou mesmo reconhecimento?

A presente leitura de *A ingratidão* remete o leitor à questão do difícil reconhecimento, pela comunidade internacional, da recente proclamação de independência de Kosovo. Pode-se dizer que Finkelkraut antecipa as dificuldades a um projeto de autonomia de Kosovo na comparação que faz com a Bósnia. Esta tem uma composição multiétnica, enquanto o nacionalismo de Kosovo é genuinamente albanês. Como há, hoje, uma obsessiva atração por formações cosmopolitas, as entidades que não o são passam a serem ignoradas e até oprimidas, com a conivência alheia. Isaac Akcelrud, autor de um livro sobre o Oriente Médio, perguntado se uma defesa intransigente das nacionalidades provocaria um “aumento desordenado” de pequenas nações, responde com a pergunta: “que são ‘pequenas nações inexpressivas’⁴?” Com efeito, Finkelkraut ressalta o perigo que é a má-vontade para com estas nações, observando que o século XX, marcado pela traição e desprezo àquelas entidades, deve servir como lição para o presente. Lição, talvez, não entendida por alguns países, como revela a questão kosovar. O caso de Kosovo remete a uma conclusão de Finkelkraut sobre o panorama ideológico da Europa no final do século XX: venceu o projeto de um continente em que as “grandes nações” não absorver os “peixes pequenos”.

Um argumento forte contra o apoio radical ao direito à autonomia das pequenas nações é a vigilância democrática. Afinal, em nome da liberdade, uma destas nações pode se tornar um reduto do despotismo do qual afirmam querer escapar. É nesta intrincada questão que Finkelkraut nos faz pensar ao discorrer – a pedido do entrevistador – sobre o caso de Quebec, província de língua francesa do Canadá que há décadas reclama autonomia política. A recusa da opinião pública ocidental em apoiar o projeto autônomo revela um desprezo clássico pelas nações pequenas ou uma saudável vigilância democrática? O filósofo responde com a afirmação de que o debate revela o choque entre duas idéias de nação – uma (para a Quebec) baseada na memória, na

⁴ Isaac Akcelrud. *O Oriente Médio: origem histórica dos conflitos – imperialismo e petróleo; judeus, árabes, curdos e persas*. 4ª ed. São Paulo/Campinas: Atual/Ed. da Unicamp, 1986, p. 2.

tradição e na vinculação cultural (língua francesa); outra (cara ao Canadá anglófono), baseada no vínculo racional tecido em torno dos valores democráticos –, sendo que prevalece a que encarna um valor dos nossos dias: o cosmopolitismo. Isto é, vence a idéia de nação capaz de abrigar várias heranças culturais.

No entanto, é contra o cosmopolitismo do início do século XXI que Finkelkraut se coloca. O cosmopolita, de acordo com o significado tradicional da palavra, desfruta do teste do outro, deseja estar *com* o outro. Já o neocosmopolita não quer testar o diferente, mas ser *como todos os outros* ao mesmo tempo. Abre mão, assim, da cultura de que é herdeiro – de sua identidade – em prol de um “vir-a-ser turista” permanente. É o caso de homens e mulheres ocidentais que são adeptos de técnicas de relaxamento ou de sexualidade orientais, como a *yoga* e o *kama sutra*, mas que não deixam as comodidades do *american way of life*. Observação semelhante pode ser feita a respeito daqueles que criam sua própria religião, às vezes misturando elementos de várias delas, acabando por não professar nenhuma. Na verdade, trata-se de uma voluntária e radical desvinculação da herança. Para Finkelkraut, o cidadão tradicional, cioso de sua cultura, talvez seja mais benéfico para a democracia, porque lembra a existência e a legitimidade do outro.

Será que o Ocidente está perdendo sua identidade? Talvez sim, se a civilização ocidental preferir se enclausurar em si mesma, se recusando a disseminar suas conquistas. Estas palavras podem provocar a ira dos defensores das sociedades não-ocidentais, especialmente em tempos de exportação pela força de seus valores, encarnados pelos EUA. Só que muitos dos militantes que pretensamente combatem pelo “direito à diferença” contra a arrogância ocidental não percebem que a legitimidade de sua luta se baseia em conquistas tipicamente ocidentais, como a democracia e a liberdade de expressão. Esquecê-lo é “desvincular o ser da herança”, isto é, se portar (da maneira que convém) no hoje como um ocidental descartando todos os pressupostos que o ontem nos legou na construção da civilização. Um sinal desta distorção é a validade concedida ao relativismo e ao subjetivismo, propiciada por uma equivocada radicalização da democracia.

Se “todas as coisas são democráticas”, para que hierarquizar a arte, os estilos, os saberes, os protocolos, a idade? Finkelkraut diagnostica e lamenta um mundo em que todas as maneiras de viver e todos os enunciados se equivalem. O filósofo afirma que a transição para o século XXI testemunha um “nihilismo triunfante”, que

atinge todas as dimensões da cultura. O termo “nihilismo” cai como uma luva no argumento, pois, com efeito, nossa época é a que nada vale mais ou menos do que nada. O valor de uma obra de arte, por exemplo, é relativo, dado por quem queira dar. O autor nota que um dos lugares em que esta tirania do relativismo e subversão dos valores tem mais força é a escola obrigatória, uma conquista do Iluminismo. Como tudo equivale, já não se cultiva a reverência aos grandes autores, às obras clássicas, à língua dos poetas. Finkielkraut justifica o lugar central das obras-primas ocidentais no ensino: se não são as melhores do mundo, são as melhores da nossa cultura. Mas a escola passou a ser ingrata com a história que a precede, em favor da valorização do momento e do gosto da clientela. No ensino da língua, um exemplo claro é o do “internetês”. Chama atenção a quem visita o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, que, ao fim de um enorme painel sobre a história e evolução do português, há uma parte dedicada a uma nova forma de escrever o idioma, utilizada principalmente pelos adolescentes e jovens, na internet: “vc naum ta em ksa hj?”.

Será Finkielkraut um conservador, tradicionalista, retrógrado? Do ponto de vista atual, a resposta é afirmativa. Mas o filósofo nos quer levar à conclusão de que um programa “conservador”, que defenda os valores clássicos, as hierarquias, a cultura erudita e a não-equivalência – enfim, que combata o relativismo –, é a verdadeira subversão. Ao lembrar de 1968, quando a palavra de ordem era *contra* a escola e a favor da vivência de todas as sensações possíveis, o autor – com certa nostalgia inconfessa – alerta que há, na verdade, um “conservadorismo do movimento”. O relativismo cultural revela sua face mais intransigente no multiculturalismo e na escrita da história que o legitima, um ponto de muito interesse para nós, historiadores.

Talvez nenhuma palavra seja mais ouvida nos atuais discursos sobre a “diferença” do que *tolerância*. Toleram-se todas as opiniões, religiões, manifestações culturais, orientações sexuais, todas as escolhas, desde que não contrariem a tolerância. Finkielkraut observa que este discurso da tolerância é extremamente tirânico: no fundo, só tolera a si mesmo. Não se admite meio-termo: quem não defende o casamento *gay* é homofóbico ou, no Brasil, quem não apóia as cotas para negros é racista. Tirania que condiciona até o uso da língua. É de notar que Lula da Silva – cujo governo, aliás, tem como símbolo a palavra “Brasil” escrita em várias cores e como *slogan* a divisa “Um país de todos” – sempre inicia suas saudações televisivas com “a *todas* e a todos”.

Há vinte anos atrás, em *A derrota do pensamento*, Finkielkraut já alertava sobre o multiculturalismo no item “Um par de botas vale tanto quanto Shakespeare⁵”. Ou seja, um simples trabalho artesanal não podia ser considerado “menor” que uma obra-prima da literatura universal. Aliás, perguntarão os multiculturalistas, por que obra-prima? Eis um ponto-chave do relativismo cultural: este se preocupa menos com a disciplina do verdadeiro do que com o reconhecimento mútuo. A história escrita sob a égide da “política do reconhecimento”, ao assumir feições vingativas contra o Ocidente (alegando “reparação”), partilha lógica semelhante. Na política educacional brasileira, temos diante de nós a obrigatoriedade do ensino de história africana nas escolas; na academia, os *gays* que escrevem a história do homossexualismo. *Studies* que, em nome de minorias historicamente oprimidas, condenam os *white males*. Para os representantes daquelas, a historiografia clássica não passa de porta-voz de um grupo desprezível: os machos europeus. Com efeito, se uma outra história tem pontos positivos (expansão dos objetos de estudo, valorização de outros pontos de vista), ela transforma o objeto em sujeito do discurso e é, no limite, preconceituosa: só se admira o que *não* é branco e ocidental. As tradições são descartadas pelo mero fato de o serem, enquanto os “livros desconcertantes”, que destroem símbolos e tradições herdadas, é que são valorizados⁶.

Finkielkraut, por tudo o que assume, é polêmico e corajoso, sem dúvida. Suas opiniões são ainda mais legitimadas pela qualidade de Robitaille, que não se furta a questioná-lo, interrompê-lo e mesmo provocá-lo. Por exemplo, quando o jornalista lembra o autor de que há intelectuais que se rejubilam em serem “do contra”, ou quando diz que havia chegado o momento de “pôr as cartas na mesa”: Finkielkraut não defende um programa conservador? Um livro apenas escrito pelo filósofo seria indubitavelmente de grande valor, mas, derivado de uma entrevista, a obra amplia o conhecimento do leitor sobre o intelectual, a ponto de aquele desejar, em alguns momentos, estar no lugar de Robitaille para interpelar o entrevistado.

Apesar do tom incisivo de suas palavras, Finkielkraut passa ao largo da intransigência. Não vê no relativismo cultural o fim da humanidade ou da história. O que o filósofo quer é nos deixar um alerta: escamecer dos valores tradicionais, da história, enfim, da nossa própria herança, é ato tão corajoso quanto espancar nossa

⁵ Op. cit. (1988), pp. 131-40.

⁶ Como diz Bronislaw Baczko: “A época das ortodoxias parece, pois, ultrapassada; vivemos, muito felizmente, na época das heresias ecléticas”. *Imaginação Social*. In: *Eincaudi*. Vol. 5 (Antropos – Homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 308.

avó. Se uma memória que deplora os males do passado, como o genocídio nazista, é benéfica, nos faz falta outro tipo de memória, que venere o que há de bom no pretérito. Senão, seremos apenas uns ingratos, desmemoriados e intransigentes conservadores de plantão, papel inadvertidamente assumido pelos auto-apregoados arautos do reconhecimento mútuo, das minorias e da “reparação” histórica.